

Capítulo 2 – Avis

*Se algum dia fores a Avis,
toma bastantes cautelas
pois só lá encontrarás
burros, porcos e Varelas.*

Esta quadra era habitualmente recitada no Carnaval pelas pessoas de fora que se deslocavam a Avis para participar nestas animadas festas. Apesar do sentido pejorativo que se pode encontrar nos seus versos, eles são muito apreciados localmente e até são recitados com um certo orgulho pelos referidos Varelas, que assim se congratulam de serem uma das famílias dominantes e mais numerosas da vila e do seu termo, tanto a nível das elites como na classe dos pequenos proprietários. A sua disseminação foi muito bem sucedida pela quantidade de filhos que foram tendo (e que chegavam a adultos e tinham outros tantos) ao longo das várias gerações. Já em 1799 a pauta dos elegíveis para vereadores na vila de Avis mencionava um Gonçalo Varela Leão (ver anexo 14), avô de dois Simões Varela, lavradores de grandes herdades no termo da vila. Os seus descendentes continuaram ao longo do século XIX e pelo menos até meados do século XX a ocupar os lugares mais importantes na hierarquia política, económica e social local: ainda em 1941, o presidente da câmara era primo direito dos Varelas e casado com uma prima que era Varela pelo lado da mãe.

Também um grande número de Varelas pertence, sobretudo a partir de 1900, ao grupo dos pequenos proprietários, resultado da divisão por partilhas das herdades em courelas distribuídas por vezes por 11 irmãos ou mais. Pela sua permanência por vários séculos no grupo das elites locais e pela sua grande difusão numérica, geográfica e ocupacional em Avis, além do facto de terem relações de parentesco muito próximas com todas as outras famílias, os Varelas constituem um dos principais objectos deste estudo.

Quanto ao resto da quadra, ela é reveladora da realidade do concelho, no qual a economia foi durante muitos anos baseada na produção de suínos, alimentados pelos montados de azinho e mais tarde sobre. Também a quantidade burros é muito considerável, como aliás em todo o lado, mas neste caso como animais de tracção.

2.1 - Localização e descrição: Avis é uma vila e sede de concelho com o mesmo nome no distrito de Portalegre⁽¹⁾. Já nos finais do Antigo Regime este concelho existia com limites muito semelhantes aos actuais. Foi sede de comarca até 1927, quando passou a pertencer à comarca de Fronteira⁽²⁾. Pertence ao Arcebispado de Évora. Situado no Alto Alentejo, este concelho tem como vizinhos a norte os concelho de Ponte de Sor e Alter do Chão, a leste Fronteira e Sousel, a sul Arraiolos e a oeste Mora (ver mapa no anexo 5). Compõem-se de 8 freguesias, as quais eram representadas nas

eleições até 1901 pelas respectivas paróquias (até à República as eleições das Juntas de Freguesia eram para a "Junta da Parochia" ou para a "Assembleia Parochial"):

Freguesias:	Paróquias:
Alcórrego	Santo António do Alcórrego
Aldeia Velha	Santa Margarida d'Aldeia Velha
Avis	Nossa Senhora da Orada
Benavila	São Sebastião
Ervedal	São Barnabé
Figueira e Barros	São Brás da Figueira
Maranhão	São Domingos de Bembelide
Valongo	São Saturnino

A descrição da vila de Avis pelos anuários comerciais (por exemplo o de 1911, vol. II, p. 1793) revela claramente as suas características principais: "Villa situada em uma eminencia e foi outr'ora cercada de muralhas e torres, sendo estas em numero de cinco (a maioria das fontes indica 6 torres), duas das quaes, segundo alguns, foram demolidas em 1640 para com os seus materiaes serem edificados dois reductos em harmonia com o systema de fortificações n'esse tempo. Tinha seis portas: a de Evora, de Santo Antonio, de S. Roque, do Postigo, do Anjo e Debaixo. De tudo isto se encontram ainda hoje bastantes vestigios"(sic). Também no século XVIII um frade nos apresenta uma descrição muito pormenorizada de Avis, que transcrevo em parte no anexo 5.

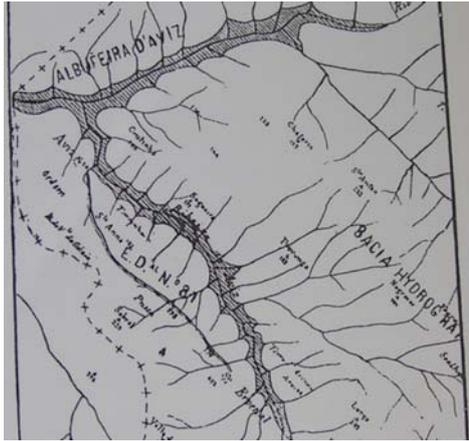
Avis foi a sede da ordem militar com o mesmo nome e nesta vila encontram-se várias construções pertencentes ao Convento de S. Bento de Avis: "O conjunto é formado pela Igreja – que já foi provisoriamente matriz, tendo como orago Nossa Senhora da Orada – pela Sacristia, Sala do Capítulo, Refeitório, Claustro e Torre Sineira (todos manuelinos)"⁽³⁾, além do edifício do convento, cujas ruínas aparecem sempre como o *ex libris* da vila. Outros edifícios de interesse são a Igreja Matriz do séc. XV; o Pelourinho com a ave simbólica do concelho, a águia de asas abertas; a Capela da Misericórdia; o Palácio do Prior-Mor, que já serviu de teatro e actualmente abriga a Câmara Municipal; os Antigos Paços do Concelho Medievais; os vários Passos da Procissão do Senhor do Passos; algumas casas nobres com Brasões e várias casas de habitação popular com portais manuelinos, sobretudo nos chamados "arrabaldes", um "conjunto de três ruas paralelas situadas a Norte da povoação, fora de Muralhas, acessíveis pela porta que existiu junto à Torre de S. Roque. Aí se acantonariam todos os que, da Idade Média ao século XVI, não eram bem tolerados dentro de portas, casos dos judeus, almocreves e outra gente 'de fora'"⁽⁴⁾.

Igualmente fora da vila, mas do lado sul, situa-se a Cerca do Convento⁽⁵⁾, uma porção de terra na encosta entre o convento e a Ribeira de Avis, na qual os frades cultivavam uma horta em socalcos com um sistema de rega por tanques herdado da colonização árabe da região. Nesta horta, além de existir um microclima propício ao

cultivo de legumes e frutas para a alimentação dos frades, encontra-se uma fonte de águas férreas (segundo os anuários comerciais do início do século era uma fonte termal, mas desde os anos 1980 que está inquinada pelo esgoto da vila que desagua directamente na ribeira) com um precioso trabalho em mármore do séc. XVI como o edifício do convento. Também na mesma propriedade, actualmente submersa pela Barragem do Maranhão, existe a chamada Lapa de S. Bento, um altar numa gruta no meio da escarpa, considerada pré-histórica.

Das restantes freguesias do concelho, destacam-se as respectivas igrejas paroquiais e a Igreja de Nossa Senhora de Entre-Águas, do século XV em Benavila.

Este concelho é rico em água, passando junto à vila de Avis a Ribeira de Raia, a qual se junta à Ribeira de Sor para formar o Rio Sorraia que desagua no Tejo. O Raia passa "pelas povoações de Monforte, Fronteira e Aviz, com a denominação de ribeira Grande ou ribeira de Aviz"⁽⁶⁾. Já em 1911, quando Mário Vieira de Sá escreveu esta *descrição geral* do Alentejo, se sentia a necessidade de construir barragens e albufeiras para irrigar as terras. Em Avis também se fez o projecto de uma barragem durante o governo de Fontes Pereira de Melo (1883 - 1886), por iniciativa do Presidente da Câmara Dr. Joaquim de Figueiredo, do Partido Regenerador e amigo pessoal de João Franco. "O projecto, foi então mandado executar por portaria de 9 de agosto de 1888. Era este um empreendimento de muito folego, visto que consistia n'uma grande obra, cujo orçamento foi avaliado em 410 contos de réis (...) e em que se dispenderam até julho de 1892, 47:610\$450, em expropriações, algumas terraplanagens, aquisição d'alguma pedra d'alvenaria e casa para abrigo do pessoal. D'estes trabalhos, hoje nada se pode utilizar; porque, suspensas as obras em 1892, estão ha quasi 20 annos, ao completo abandono!"⁽⁷⁾. De facto, a morte de Joaquim de Figueiredo em 1890, o grande impulsionador da barragem, e a resistência dos grandes proprietários do concelho, além da mudança do poder municipal e nacional do P. Regenerador para o P. Progressista, fizeram com que a construção parasse por completo. A actual Barragem do Maranhão, que fornece energia eléctrica e irriga todo o concelho e arredores foi construída apenas em 1958⁽⁸⁾, dentro do programa da obras públicas e de irrigação do Alentejo levado a cabo pelo Estado Novo. Situa-se no Maranhão, a 14km de Avis. O local anteriormente escolhido e as respectivas instalações, junto da vila de Avis, funcionam como clube náutico e centro de lazer e tem como denominação "Barragem Velha".



Fonte: SÁ, Mário Vieira de – *O Alemtejo, sua descrição geral. Principaes produções e Projectos de irrigação*, Lisboa, 1911, p. 177: projecto de construção da barragem nos finais do século XIX.

2.2 - Resumo histórico: A História de Avis confunde-se com a História da Ordem de Avis a qual tem várias versões, cada uma mais elaborada, como se pode ver no anexo 5. "Segundo a inscrição da lápide que se encontra na Porta de S. Roque (uma das da vila), Avis foi fundada em 1214, por Fernão Anes, que foi mestre da Ordem de Avis de 1196 a 1219. Teve forais concedidos por D. Afonso II (1218), D. Dinis (1253) e D. Manuel (1.1.1512)"⁽⁹⁾.

D. Fernão Anes ou Enes foi o 3º Mestre dos chamados Freires de Évora que se integravam na Ordem de Calatrava, com sede em Castela. Foi a esta ordem que D. Afonso II doou em 1211 o lugar de Avis para aí construir um castelo⁽¹⁰⁾, cujas muralhas ainda existem, tanto de forma visível, como fazendo parte das casas que se foram construído ao longo dos séculos. O mesmo se passou com as torres, das quais ainda existem três: o acesso a duas das torres só é possível entrando nas casas particulares que junto a elas foram construídas.

Avis passou a vila em 1229 e teve grande importância na região quando aí viveram os mestres e a sua corte. "D. Pedro I fez com que o seu filho bastardo, D. João, fôsse eleito mestre da Ordem de Avis, não obstante a sua tenra idade de sete anos. A mãe do infante, D. Teresa Lourenço, foi residir nessa vila, numas casas que D. Pedro lhe oferecera na rua da Mouraria. D. João foi educado no Mosteiro, e entretinha-se muito na caça, diz Fernão Lopes, assim com exercícios venatórios se preparando para a guerra. Aprendeu em Avis a matar castelhanos! Quando empunhou o scetro de Portugal endossou o méstrado a seu dilecto aio D. Fernão Rodrigues de Sequeira (...) que até então fôra comendador-mór de Avis (...), governou por muitos anos a Ordem, e depois quando o Rei se foi à conquista de Ceuta, êle ficou governando o Reino e a Casa Real. Jaz na Igreja do Convento de Avis"⁽¹¹⁾.

Este foi o último mestre da Ordem de Avis. A partir da sua morte em 1433, o título de mestre foi abolido e substituído pelo de "Governador e administrador da Ordem", cujo 1º foi D. Fernando, o Infante Santo⁽¹²⁾.

Mário Pais da Cunha e Sá (que assinava Mário Saa), "publicista ilustre", segundo a Revista *Expansão Portuguesa*, publicou outras versões da história de Avis, como se pode ver na bibliografia. Na versão que tenho citado, este autor reafirma o parentesco próximo entre algumas famílias de Avis e Luís Vaz de Camões: "Entre as famílias nobres que habitavam Avis no século XVI estavam os Camões, que representavam a família do poeta. Descendiam de Vasco Pires de Camões, bisavô de Luiz de Camões e um dos homens mais ricos de Portugal"⁽¹³⁾.

Segundo a mesma fonte, pode concluir-se que Avis era uma vila habitada sobretudo por membros do clero, que incluíam o prior-mor, que residia no maior palácio da vila, e vários padres e os frades do convento. Também há vestígios de casas de algumas famílias nobres. O brasão da família Melo (Casa de Cadaval), por exemplo, ainda é visível no portão de uma casa do século XVIII e também é possível localizar a casa da família Camões na vila. Quanto às casas de habitação popular, encontravam-se na sua maioria nos *arrabaldes*⁽¹⁴⁾. Além de viver na vila de Avis, parte da população residia também nas outras freguesias (Figueira, por exemplo, foi elevada a vila em 1271), sobretudo Ervedal e Benavila, pois as restantes não passavam de lugares com um reduzido número de fogos, espalhando-se a sua população pelos montes, muitos dos quais eram conventos.

Todas estas casas nobres referidas eram de dimensões reduzidas e encontravam-se dentro da muralha. No entanto, os seus vestígios são muito limitados, pois as novas elites dos finais do século XIX, ao transferirem a sua primeira residência dos montes para a vila (até então mantinham lá apenas casas de pousada, pois residiam nas sedes das suas lavouras), construíram grandes residências apalaçadas sobre as antigas, mais pequenas. Só a partir dos anos 1920 é que se começou a construir fora das muralhas, estendendo-se actualmente a vila para sul. O estudo das propriedades urbanas destas famílias é desenvolvido no capítulo 4.

As restantes freguesias compunham-se sobretudo de montes de habitação de grandes herdades com as respectivas capelas, como era o caso do Alcórrego ainda nos anos 30 do séc. XIX. Apenas o Ervedal e a aldeia de Figueira e Barros se destacavam deste conjunto.

2.3 - População: Avis situa-se no Alentejo, uma região de baixa densidade populacional. Em 1910 a média nacional situava-se nos 65 habitantes por km², enquanto este concelho tinha apenas 12⁽¹⁵⁾. Por outro lado, esta é uma região com uma urbanização superior à média nacional: em 1890, esta era de 15%, enquanto no

concelho de Avis era de 20,5%⁽¹⁶⁾. Em 1900, este concelho já tinha 27,3% dos seus eleitores a residir na vila de Avis e em 1913 tinha 36,1%⁽¹⁷⁾. No anexo 10 pode ver-se o aumento da população das vilas e aldeias durante o período estudado, com a transferência dos eleitores para as vilas e o abandono dos montes como 1ª habitação. Falo em eleitores, pois foi dos livros do recenseamento eleitoral que retirei a maior parte das informações referentes à população de Avis. Face à riqueza desta fonte foi possível elaborar os vários quadros e respectivos gráficos dos anexos 7, 8, 9 e 10. Para a definição dos critérios para se ser eleitor e elegível e respectiva evolução no período estudado, pode ver-se um resumo da legislação no anexo 9.

Neste concelho a percentagem dos eleitores em relação ao total da população é de 20,57 em 1890 (ver quadro nº 3 do anexo 7). Este valor corresponde a 79,1% da população masculina adulta a nível concelhio, o que é consideravelmente mais alto que a média nacional para esse ano: os eleitores representavam 18,8% da população total e 72,3% da população masculina adulta⁽¹⁸⁾. Estas elevadas percentagens de eleitores foram explicadas por Pedro Tavares de Almeida: resumindo, o interesse dum grande eleitorado encontra-se no facto de as eleições se ganharem a partir do recenseamento eleitoral e este era controlado pelos caciques locais que assim constituíam a sua clientela política e garantiam os resultados mais favoráveis⁽¹⁹⁾.

Com as alterações do código administrativo a partir da lei eleitoral de 1895⁽²⁰⁾, a percentagem de eleitores diminuiu: logo em 1900 os eleitores passaram a ser 16,41% da população total, atingindo o ponto mais baixo em 1913 com um valor de apenas 5,71%, segundo a lei nº 3 do código eleitoral de 3/7/1913. Essa mesma lei, por outro lado, alargou o número de elegíveis, eliminando o critério do rendimento e deixando apenas como inelegíveis alguns eleitores referidos no artigo 5º do capítulo 2.

Para uma definição das elites sociais locais, o recenseamento de 1890 foi sem dúvida o que maior número de elementos forneceu, sobretudo no que diz respeito à coluna dos elegíveis para deputado e dos Maiores Contribuintes da Contribuição Predial (referidos como MC1 nos anexos 8 e 9). A partir daqui foi possível elaborar uma lista hierarquizada da elite económica do concelho e constatar que 22% dos eleitores são elegíveis para deputado, mas apenas 3,7% são também MC1 (39 eleitores). Os restantes elegíveis para Deputado incluem funcionários, artistas ou artesãos, pequenos proprietários e alguns seareiros.

A partir de 1895 deixou de haver a coluna dos MC nos livros do recenseamento eleitoral, mas as contribuições continuam a ser discriminadas até 1900, quando já são dados apenas os totais destas. Com a lei eleitoral de 1895, os eleitores elegíveis para os cargos administrativos passam a ter os mesmos critérios de definição dos elegíveis para deputados, aos quais se introduziu a inovação da habilitação escolar ou profissional

como alternativa ao critério do rendimento. Daí o aumento dos elegíveis do concelho para 32% em 1900. Assim, nos últimos anos da Monarquia ainda é possível elaborar listas com os maiores contribuintes e elegíveis do concelho, o que nos possibilita hierarquizar os eleitores e caracterizar profissionalmente as elites.

Com as leis eleitorais da República, os elementos recolhidos nesta fonte diminuem consideravelmente, sendo necessário o recurso a outras já referidas para a hierarquização da população, como os inventários orfanológicos, etc. No entanto, ainda é possível estudar com grande precisão a divisão profissional dos eleitores do concelho e seguir a sua evolução ao longo de todo o período estudado: ver anexo 8.

As profissões que mais se destacam são naturalmente as ligadas à agricultura e que se podem inserir numa pirâmide hierárquica com as seguintes categorias (as denominações utilizadas são as mesmas encontradas na fonte e condizem perfeitamente com as categorias profissionais descritas por José da Silva Picão):

- ◆ **grandes proprietários**, isto é: eleitores com a profissão de "proprietários" no concelho de Avis, no qual residem, exercem a sua actividade profissional de proprietários e pagam os seus impostos. Distinguem-se dos outros proprietários por pertencerem à categoria de Elegíveis e Maiores Contribuintes até à República e a partir de então com o critério da posse de pelo menos uma herdade verificada nos inventários por morte. Em 1900 havia 30 no concelho, metade dos quais na freguesia de Avis; o seu número desceu quase para metade entre 1900 e 1941 por razões que analiso nos capítulos seguintes⁽²¹⁾. Constituem o principal objecto deste estudo uma vez que lideram a elite económica e social local.
- ◆ **pequenos proprietários**, também chamados lavradores, agricultores ou criadores de gado; trabalhavam as suas terras, geralmente pequenas courelas, hortas ou ferragiais. Muitos eram filhos de grandes proprietários, cujas terras foram divididas por herança. Outros eram rendeiros de grandes proprietários e tinham como objectivo comprar sempre um pouco mais de terra para desenvolver a sua própria lavoura. Este grupo representava 11% dos eleitores do concelho em 1900, com uma pequena subida para 13% em 1941.
- ◆ **seareiros**, descritos por Picão como "caseiros (...) que lavram por sua conta, a *quarto* ou *quinto*, terras cedidas pelo proprietário ou rendeiro geral"⁽²²⁾. Os grandes proprietários entregavam geralmente aos seareiros a exploração das terras que mais se distanciavam do centro da sua lavoura e que não tinham capacidade para cultivar directamente. Esta profissão encontrava-se num plano intermédio entre o trabalhador rural (a diferença é que trabalha por conta própria) e o pequeno proprietário (trabalhando porém em terra alheia), tendo muitos deles conseguido chegar a esta última posição ou mesmo já lhe pertencendo, pois nalguns casos o pequeno

proprietário explorava a seara do vizinho com um contrato deste tipo. A grande descida do grupo de 27% em 1900 para 7% em 1941 tem duas explicações possíveis: em primeiro lugar, alguns seareiros com mais sucesso tornaram-se pequenos proprietários, subindo assim na escala social; por outro lado, grande parte terá descido para a categoria de trabalhador por conta de outrem à medida que as terras são cada vez mais exploradas directamente pelo proprietário. A descida desta categoria profissional coincidiu com o enorme aumento dos jornaleiros neste período. Os seareiros frequentavam os mesmos círculos sociais e locais de sociabilidade que os artistas. No concelho de Avis temos o exemplo duma família abastada, cujas origens são bastante humildes: Manuel Prates Pina (1854 - 1926) começou a vida como pastor, mais tarde foi "maioral de parelhas" e participou no grande movimento de arroteia da charneca alentejana como seareiro da casa agrícola de João Abreu Callado. Em 1907 tornou-se rendeiro de uma grande herdade e "em 1914 o grupo de herdades do sr. Visconde de Alter foram por ele também arrendadas"⁽²³⁾. Seus filhos foram rendeiros e também já proprietários e um dos netos formou-se em medicina, ascendendo assim na escala social ao ponto de casar com uma senhora da elite fundiária de Avis.

- ◆ **empregados** das lavouras, incluindo uma enorme gama de profissões: feitores, abegãos, guardas rurais, hortelãos, carreiros, entre outros, incluindo os ganadeiros, "Os campónios, a quem os lavradores encarregam a guardaria e pastoreação dos seus rebanhos, são conhecidos pelo nome comum de ganadeiros, quaisquer que sejam os gados de que se incumbam"⁽²⁴⁾: pastores, vaqueiros, boieiros, cabreiros, etc. Esta profissão foi até muito tarde paga em "comedorias" (ainda nos anos 70 deste século esta modalidade era a mais corrente), que consistiam geralmente em carne de porco, farinha e azeite, com uma parte mais reduzida em dinheiro. Residiam habitualmente nos montes e celebravam contratos ao ano com "o Patrão". Tinham uma expressão muito reduzida no recenseamento de 1900, uma vez que um requisito para se ser eleitor era a alfabetização, à qual este grupo tinha um acesso muito limitado.
- ◆ **jornaleiros**, descritos por José da Silva Picão com o nome de ganhões, em Avis encontra-se sempre esta designação: são os trabalhadores "à jorna" (ao dia), sem qualquer pedaço de terra próprio e sem qualquer vínculo ao patrão, sendo contratados e pagos apenas nos períodos necessários; a isto chama-se o trabalho sazonal. O seu trabalho dependia das épocas de sementeiras, colheitas, mondas ou tratamento das árvores, estando sujeito até às condições meteorológicas. Eram pagos em dinheiro e levavam a comida de casa, se contratados por um só dia (pagos "a seco"). No entanto, podiam ser contratados à semana e neste caso ficavam com o direito à alimentação. Podiam também ser contratados ao mês e até trabalhar anos seguidos para o mesmo patrão: a estes chamava-se *os justos*. Trabalhavam do nascer

do sol ao sol-posto; no verão, na apanha do tomate ou dos grãos, a jorna começava antes da madrugada e era interrompida na hora do calor. Esta profissão, agrupada com o resto dos trabalhadores rurais, mas ocupando sempre a maior parte do conjunto, representou em todo este período a percentagem mais alta. Sofreu um aumento considerável entre 1900 e 1941: de 35% para 58%. A explicação mais óbvia encontra-se na legislação eleitoral em vigor no fim do séc. XIX, cujos critérios para se ser eleitor são os seguintes (ver anexo 9, código de 1896): "contribuições directas de \$500 réis ou mais; saber ler e escrever". Naturalmente os jornaleiros, além de terem um acesso muito limitado à alfabetização, não só teriam salários baixos, como pagariam muito poucos impostos. No grupo dos trabalhadores rurais, os jornaleiros constituíam a clara maioria: por exemplo em 1941, dos 189 encontrados no recenseamento eleitoral na freguesia de Avis, 132 eram jornaleiros (70%). Residiam mais nas vilas do que os trabalhadores fixos das lavouras: em 1890, dos 84 jornaleiros recenseados na freguesia de Avis, 80% residia na vila e em 1900 a percentagem era já de 89%. Estes valores confirmam uma das características mais marcantes da agricultura alentejana: a grande falta de vínculo entre os donos da terra e a força de trabalho, somada à importação dos chamados "ratinhos" ou galegos (nome dado a qualquer trabalhador vindo do norte, não necessariamente da Galiza), o que resultava numa mão-de-obra barata e sempre disponível. Curiosamente, desde 1912 que se encontram informações sobre um certo associativismo nesta classe, o qual desaparece por completo com o Estado Novo⁽²⁵⁾.



Um rancho de *ganhões* da casa Abreu Calado c. 1930.

Os jornaleiros tinham uma grande liberdade de mudar de emprego ou de terra; porém, o seu objectivo era quase sempre alcançar um emprego fixo, comprar a sua casa na vila, ter estabilidade. Esta situação é descrita numa novela do livro *Lua Santa*, chamada "Malarranha", no qual um *maltês* pede emprego a um lavrador nos seguintes termos: "A jorna está custosa... Hoje temos serviço, amanhã não, de maneira que, o que me dava conta, era concertar-me... a ver se ao menos tinha assento..."⁽²⁶⁾.

As profissões ligadas ao sector agrícola ocupavam no concelho de Avis mais de 3/4 dos eleitores e, face aos critérios para eleitorais já explicados, até sofreram um ligeiro aumento no período estudado (de 76 para 79%). As restantes categorias profissionais, ligadas à pequena indústria artesanal (uma vez que só em nos anos 50 foram introduzidas as primeiras fábricas) e aos serviços, ocupavam no total uma percentagem reduzida dos eleitores: 24% em 1900, 21% em 1941. Porém, na freguesia de Avis, por ser a sede do concelho, representavam 43% dos eleitores em 1900 e 32% em 1941. No entanto, por ser exactamente uma zona agrícola, pode afirmar-se que praticamente todas as outras actividades dependiam deste sector para a criação de trabalho⁽²⁷⁾.

As profissões dos eleitores de Avis ligadas aos sectores secundário e terciário são as seguintes:

- ◆ **artistas**, denominação dada a todo o artesão ou mestre de um ofício, na maioria dos casos trabalhando por conta própria. Grande parte dos seus produtos eram consumidos nas actividades agrícolas, como é o caso das ferraduras, arreios e selas para os cavalos e outros animais de tracção (ferrador, arrieiro e seleiro) ou as albardas para os burros (albardeiro). Muitos outros artesãos trabalhavam directa ou indirectamente com os produtos da agricultura e da pecuária: moleiros, padeiros, tosquidores, etc. Nas actividades de carácter mais urbano, distinguem-se os sapateiros, os quais ocupam a maior parte das listas dos cargos das juntas de freguesia e alguns são várias vezes eleitos vereadores (ver anexos 1 e 3). Quanto aos moleiros, alguns possuíam moinho próprio, o que lhes conferia um estatuto superior aos empregados dos moinhos dos grandes proprietários. Parte da indústria em Avis era de facto realizada nos montes das lavouras em lagares de azeite e moinhos de cereais para consumo próprio das famílias dos lavradores e para pagamento das comedorias. Ocupam uma percentagem alta dos eleitores, sobretudo na freguesia de Avis: em 1900 – 25,3%, enquanto no total do concelho representam 15%; em 1941 descem para 12% por causa do aumento da percentagem dos trabalhadores rurais. Estes valores revelam uma taxa de alfabetização e um rendimento superior dos artistas em relação aos trabalhadores rurais, o que os colocava numa posição social superior e claramente representada em locais de sociabilidade separados⁽²⁸⁾.

- ◆ **comerciantes:** esta designação começa a ser encontrada nos eleitores só a partir de 1900. Nesta categoria estão incluídos os lojistas, taberneiros, estalajadeiros e forneiros, os quais têm um estabelecimento fixo aberto ao público. Os forneiros, por exemplo, são uma profissão actualmente extinta, pois a maior parte do pão é cozido industrialmente, mas ainda em 1941 havia 1 na vila de Avis e a sua função consistia em cozer no seu forno (o forneiro é o dono do forno e não quem o fabrica) o pão que era amassado em casa por cada família. Grande parte do comércio era realizado por comerciantes ambulantes, como os almocreves e os caixeiros, que vendiam produtos de terra em terra, ou os aguadeiros, peixeiros, etc., que iam buscar fora os seus produtos e os vendiam de casa em casa, geralmente com o auxílio de um burro. À medida que avançamos no século XX, aumenta a quantidade de "comerciantes" propriamente ditos, com lojas grandes e uma posição social ascendente. O exemplo mais flagrante é o do comerciante João Marques Serrão, que casou com a filha de um grande proprietário e teve um percurso económico e social de grande sucesso. Ao mesmo tempo surge também a categoria de "negociante", esta mais directamente ligada à lavoura, pois tratava-se sobretudo de negociantes de cereais, gado ou mesmo de propriedades e incluía membros de algumas famílias de grandes proprietários, como José Valentim Varela Jr., antes de ter herdado, ou João d'Abreu Callado, irmão do maior proprietário de Benavila. Alguns comerciantes e também certos funcionários públicos dedicavam-se igualmente a profissões paralelas, como por exemplo agentes bancários ou de seguros. Incluí neste grupo um eleitor de 1941 cuja profissão era "industrial": era dono de um lagar de azeite. De qualquer modo, a sua percentagem sobre o total dos eleitores é sempre das mais baixas: 4% tanto em 1900 como em 1941, metade dos quais residentes na freguesia de Avis. O que muda nestes anos é a mobilidade: enquanto em 1900, dos 39 eleitores do concelho que se dedicavam a actividades comerciais, 48,7% eram almocreves e caixeiros; lojistas eram apenas 25,6%; em 1941 já quase todos são fixos, com as excepções apenas de 1 peixeiro e 2 aguadeiros na freguesia de Avis.
- ◆ **profissões liberais e funcionários:** estas categorias encontram-se sobretudo na vila de Avis por ser a sede do concelho (dos eleitores aqui incluídos, 81% reside nesta vila em 1900 e 64% em 1941) e nelas foram incluídos os padres, os professores e os médicos, advogados e farmacêuticos. A composição social desta "elite dos serviços" é desenvolvida no capítulo 3, mas posso desde já afirmar que a relação com a elite económica é muito próxima não só a nível de partilha de locais de sociabilidade e de exercício do poder, como a nível familiar. No entanto, também aqui foram incluídos os funcionários do estado e da Câmara Municipal, desde os juízes, passando pelos polícias, até aos funcionários dos correios. Estas profissões são claramente urbanas e pela análise dos quadros de 1890 e de 1900 do anexo 8 pode verificar-se que nem um

residia nos montes. Ocupam apenas 4,8% dos eleitores do concelho em 1900 e 4,4% em 1941.

2.4 - Economia do concelho.

"Afolhamento do termo de Aviz no Século XV (...): À indústria da criação de gados convinha a cultura das terras por afolhamentos, porque, segundo dizia a vila de Aviz no (...) congresso de Évora, o pão jaz em uma folha, e ficam as outras folhas coutadas para bois..."⁽²⁹⁾.

Esta citação de Gama Barros aplica-se ainda ao início do século XX, substituindo os bois pelos porcos e as ovelhas. Quanto ao pão, assiste-se ao crescimento da produção cerealífera e a um considerável investimento na produção de azeite⁽³⁰⁾. As descrições de Avis nos *Anuários Comerciais* começam sempre por: "Principal Comércio do Concelho – Gado suíno, lanígero e caprino, cereaes, cortiça e azeite" (1901, sem grandes alterações nos anos seguintes).

A estrutura da propriedade local tem origens tão antigas como a vila de Avis e mantém-se até aos nossos dias por motivos relacionados com o solo e o clima: predomina a grande propriedade, na qual se desenvolve a agricultura e a pecuária em regime de sequeiro e de forma extensiva.

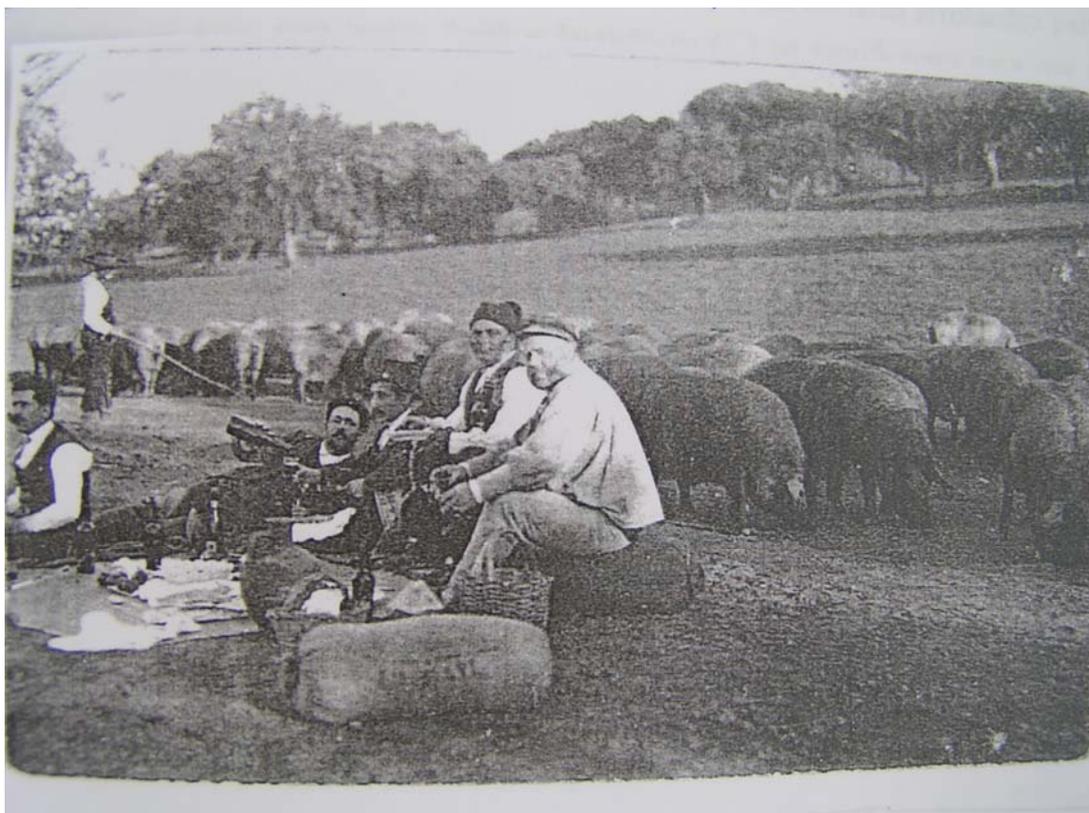
2.4.1 - O Gado: burros, porcos e... ovelhas!

Dadas as condições do solo, este concelho, como aliás o distrito em que se integra, tem grande propensão para o montado de azinho e de sobro, sob o qual se engordava o gado suíno⁽³¹⁾, alimentado a bolota (ou "boleta") e a lande, respectivamente. Enquanto os porcos tinham interesse para carne, o gado ovino era criado sobretudo para fornecer o leite e a lã, com a qual se teciam os escuros e grossos capotes e safões⁽³²⁾ típicos desta região e o gado caprino para o leite e o fabrico de queijos. Este gado era também importante para a estrumação directa da terra.

Os inventários por morte dos vários proprietários estudados são reveladores dos interesses económicos desta elite fundiária: os produtos da terra, alguns com descrições muito pormenorizadas das quantidades de sobreiros, azinheiras, oliveiras, árvores de fruto, e mesmo alguns apresentando os valores da cortiça, das sacas de cereais ou dos litros de azeite obtidos no ano em causa. A parte referente ao gado é muito esclarecedora do peso que estes animais tinham no conjunto dos bens. Pertencem a uma categoria separada dos bens móveis e dos imóveis e são denominados Semoventes. Chegam a ter descrições de animais com o respectivo nome e características físicas e são uma grande lição sobre as diferentes categorias de ovelhas e porcos, como as ovelhas malatas, as afilhadas, etc. O gado bovino é também descrito com precisão, mas verifica-se que não é criado para carne ou leite, mas sim com a função de tracção e

trabalho, na qual acompanha o gado muar⁽³³⁾. No anexo 12 pode ver-se a distribuição percentual dos vários tipos de gado neste concelho em 1925: é clara a alta percentagem de ovinos, seguidos dos caprinos; os suínos ocupam a 3º posição.

Alguns lavradores do concelho dedicaram-se ao apuramento das raças de porcos e de ovelhas, como foi o caso de José Godinho d'Abreu que levou as suas ovelhas a concursos e ganhou prémios. Esta família tinha também uma coudelaria, da qual saíram também cavalos premiados em provas de salto internacionais⁽³⁴⁾.



2.4.2 - O Pão: cereais e moagens.

Dentro dos cereais, o trigo ocupava uma posição predominante⁽³⁵⁾; porém, "quase metade (da sua produção) era consumida na província, em grande parte distribuída dentro das propriedades sob a forma de pagamentos aos trabalhadores agrícolas"⁽³⁶⁾. Nos finais do século XIX, o Estado português adopta "um regime firmemente proteccionista" deste sector. Jaime Reis aprofundou este tema, descrevendo a posição que a agricultura alentejana representava na economia nacional: "aos três distritos de Évora, Portalegre e Beja se devia mais de metade da produção de trigo em Portugal e eram eles os principais abastecedores do mercado de Lisboa (...) o Alentejo era considerado nesta época a grande esperança de uma muito necessária expansão do produto agrícola nacional, graças à sua área ainda considerável de terras incultas e às suas supostas condições favoráveis para o cultivo de cereais"⁽³⁷⁾.

A legislação proteccionista, que se traduziu na protecção tarifária do trigo nacional face ao trigo americano, constituiu um estímulo ao aumento da área cultivável. No concelho de Avis verificou-se um movimento de "arroteia da charneca alentejana (que transformou) o nosso Alentejo que era então um matagal serrado, num autentico jardim"⁽³⁸⁾. Este fenómeno é descrito com um certo exagero no *Álbum Alentejano* (já nos anos 30), nas biografias de Francisco Abreu Calado, um lavrador de Benavila, e de Manuel de Prates Pina, o seareiro atrás referido. De facto, não houve assim tantos milhares de hectares arroteados para trigo no concelho de Avis, nem tantos "velhos lavradores (...) se sacrificaram para que todo o Alentejo fôsse arroteado, para que sôbre a secular charneca brotasse campos vastíssimos de trigo, que representam ouro"⁽³⁹⁾. Os trabalhos foram sim mais variados e incluíram o alargamento das áreas de olival e das pastagens para o gado atrás descrito. Quanto ao investimento propriamente dito das elites, este consistiu sobretudo na compra das terras, pois o trabalho que se seguiu foi realizado por mão-de-obra barata ou em sistemas de parceria com seareiros que realizavam todo o trabalho, entregando a parte previamente estabelecida da produção⁽⁴⁰⁾.

Como já foi dito, grande parte do trigo produzido destinava-se ao consumo próprio do lavrador, ao pagamento das comedorias e a alguma distribuição pelo comércio local. Desde os finais do Antigo Regime que os cereais eram transformados em farinha ainda nos montes, onde cada grande proprietário tinha geralmente um moinho. Nos livros das décimas em Avis nos princípios do séc. XIX abundam os pagamentos deste imposto sobre moinhos, quer de grandes proprietários, quer de moleiros individuais, foreiros a outrem. Os inventários por morte dos membros da elite dos finais do século XIX também incluem moinhos nos respectivos montes. Pouco depois observou-se em Avis um maior investimento de alguns lavradores neste sector das moagens, como foi o caso de José Valentim Varela, que morreu em 1914 e cujo inventário descreve uma fábrica de moagens com aparelhos a vapor. O seu filho Dr. Manuel Lopes Varela, médico, continuou esta actividade, assim como José Paes de Vasconcellos Abranches que em 1917 também já tinha uma na sua herdade da Torre. Saliento que o combustível, o carvão, provinha das próprias herdades, assim com a matéria-prima e a mão-de-obra necessárias, por isso as despesas desta indústria limitavam-se ao investimento inicial nas máquinas.

Tal como em 1890, também o Estado Novo iniciou uma Campanha do Trigo em 1929, com a qual pretendeu fomentar a sua produção. Em Avis esta campanha levou à criação, nos anos 30, de duas organizações corporativas: o Sindicato Agrícola de Avis (uma associação de produtores de trigo, não de empregados) em 1931 e o Celeiro dos Produtores de Trigo do concelho de Avis, um grémio integrado na Federação Nacional dos Produtores de Trigo, criada em 1933⁽⁴¹⁾. Em 1940 foi criado o Grémio da Lavoura

de Avis, um dos últimos da região e antes da Casa do Povo. O Grémio da Lavoura integrou as funções do Sindicato Agrícola e do celeiro da FNPT, tornando-se uma instituição de verdadeiro poder político e económico municipal⁽⁴²⁾. A participação das elites de Avis nestes organismos corporativos pode verificar-se no anexo 15. A sua principal função económica era a colocação e venda dos produtos da lavoura no mercado, sobretudo o trigo. Os estímulos criados por estas instituições, além de outras medidas pró-cerealíferas tomadas entre 1932 e 1934, resultaram num real aumento da produção de trigo. No entanto, o cereal passou a ser moído fora do concelho, sendo entregue directamente às grandes fábricas de moagem. Em Avis, os moinhos tradicionais e as poucas fábricas de moagem a vapor continuaram a funcionar apenas para o consumo local durante alguns anos até ao seu desaparecimento por completo. Assiste-se assim ao desinteresse (quase compulsivo) das elites pelo investimento na área da indústria da moagem, e a um interesse crescente na área da produção do trigo⁽⁴³⁾.

2.4.3 - "Chaparros".

*Alentejo não tem sombra,
senão a que vem do céu:
- Assente-se aqui, menina,
Debaixo do meu chapéu.*

Esta quadra popular retrata uma realidade da terra alentejana: as searas, a aridez... No entanto, o distrito de Portalegre, além da produção cerealífera, é também muito rico em várias espécies silvícolas: azinheiras, sobreiros e oliveiras, os quais fazem parte da vegetação tradicional mediterrânica⁽⁴⁴⁾. Tanto o sobreiro como a azinheira, além da alimentação para os porcos, também forneciam madeira: nas épocas da limpeza das árvores, os maiores paus eram aproveitados pelos carpinteiros para variadas peças, e os mais pequenos serviam para lenha, a qual era consumida nos montes como combustível base de praticamente todas as actividades, levada para as vilas ou então vendida em grandes quantidades em estado bruto ou transformada em carvão. Este era "cozido" em grandes "fornos" na própria herdade onde a lenha era recolhida, sendo depois levado pelos carvoeiros para o abastecimento das cidades, sobretudo Lisboa⁽⁴⁵⁾. Para isto era essencial o caminho-de-ferro, sendo a estação mais próxima a da Ponte de Sor.

A cortiça foi valorizada já neste século, sobretudo a partir de 1906, data em que se assistiu a uma grande expansão do seu comércio devido à descoberta de novas utilizações para esta matéria-prima⁽⁴⁶⁾. As fontes orais negligenciam-na em relação por exemplo à oliveira, afirmando que ficava muito cara a sua recolha e que os industriais algarvios pagavam muito mal. Chegam a afirmar que a ofereciam para que estes lhes limpassem as árvores. No entanto, um inventário orfanológico de 1895 (ver anexo 2:

Manuel Joaquim da Costa Braga), dá um valor de 32.400\$000 para uma tiragem de cortiça a realizar 4 anos depois, o que nos preços correntes deste concelho na época daria para comprar mais de 3 herdades.

De qualquer modo, a plantação sistemática de sobreiros nesta região é um fenómeno já deste século: João Fernandes, o "menino de ouro" de Évora, era proprietário de várias herdades nos concelhos de Avis, Mora e Ponte de Sor, nas quais plantou uma enorme quantidade de sobreiros por volta dos anos 20.

2.4.4 - O azeite e outras indústrias.

A plantação de oliveiras de forma alinhada só se iniciou no final do séc. XIX. Em Avis, destaca-se António Manuel da Cunha e Sá, grande proprietário residente na herdade da Torre do Ervedal, que plantou um olival na sua herdade de Pêro Viegas, freguesia da Aldeia Velha. Este lavrador morreu em 1895 e o seu filho, Júlio Mário da Cunha e Sá, "Bacharel em Direito" e residente nas Caldas da Rainha, onde era advogado do ministério público, arrendou as propriedades a Francisco Pina, filho do já referido Manuel Prates Pina. Os rendeiros podiam cultivar nas terras o que mais lhes interessasse; mas os produtos das árvores, verdadeira riqueza daquelas terras, ficavam para o senhorio, como era o caso da cortiça e da azeitona.

Esta última era usada na alimentação humana, mas sobretudo para o fabrico do azeite. "O azeite servia para iluminação e para a indústria de conservas, mas a expansão das oliveiras coincidiu sobretudo com a divulgação do uso do azeite para temperar batatas e peixe seco"⁽⁴⁷⁾.

As actividades de transformação dos produtos agrícolas estavam mais ligadas aos grandes proprietários, que as desenvolviam nas sedes das suas lavouras logo após as colheitas, como complemento da sua lavoura, na maioria dos casos para consumo próprio ou para abastecimento do pequeno comércio local. Nos livros das décimas dos primeiros anos do século XIX abundam os lagares, tanto nas herdades dos grandes proprietários como nas vilas e aldeias; nos inventários por morte dos grandes proprietários dos finais do mesmo século também são constantes as referências a lagares nas descrições das herdades, sobretudo quando eles lá residiam⁽⁴⁸⁾. Tal como a moagem dos cereais, também a produção do azeite passou progressivamente a ser mais industrializada no início do século XX, continuando a ser feita pelos grandes proprietários, que assim vendiam o seu produto já transformado.

Embora não disponha de indicadores da produção de azeite no concelho, as informações disponíveis sobre o aumento da área de olival e o crescimento do número de lagares sugerem que este concelho terá acompanhado o resto do país no aumento da produção a que se assistiu neste período, começando a verificar-se a sua venda para fora

do concelho⁽⁴⁹⁾. Os anuários comerciais revelam claramente a tendência das elites económicas para esta indústria: o de 1908, por exemplo, apresenta 6 produtores de azeite na freguesia de Avis, dos quais apenas 1 é pequeno proprietário; todos os outros ocupam os primeiros lugares da lista dos Maiores Contribuintes. Em 1915, a família Abreu Callado de Benavila vendia azeite para a fábrica de conservas de peixe "Brandão e Gomes", em Espinho (segundo carta encontrada no arquivo da Fundação). Em 1917 a lista dos produtores de azeite continua a ser maioritariamente constituída por grandes proprietários que mesmo tendo mudado a sua residência para a vila continuam a produzir azeite nos montes⁽⁵⁰⁾, mas surgem também alguns pequenos proprietários que possuíam lagares nas vilas e recebiam azeitona de outros pequenos produtores. Neste ano os donos de lagares de azeite de Avis incluíam dois filhos de grandes proprietários, António Pais da Silva Marques Jr., e Joaquim Pais Monteiro que, por causa das partilhas com os irmãos, ficaram pequenos proprietários e tiveram de se dedicar a outras actividades. No anuário de 1928 encontramos no Ervedal dois lagares pertencentes a associações de pequenos proprietários e mesmo ao dono de uma hospedaria, apesar de a maioria continuar a pertencer aos grandes proprietários. São descritos como "Lagares de azeite a vapor" e verifica-se a ascensão social dos novos "industriais do azeite"⁽⁵¹⁾. Em 1937 criou-se a Junta Nacional do Azeite, o organismo corporativo regulador de toda a actividade ligada a esta indústria. Funcionava com dependência do Ministério da Agricultura e incluía todos os olivicultores⁽⁵²⁾.

Tal como o azeite, também o vinho é produzido em lagares e os lavradores de Avis interessavam-se por esta actividade. Os já referidos anuários comerciais são uma fonte muito rica para a descrição das várias actividades a que cada grupo se dedicava. Na secção dos vinicultores e viticultores surgem quase sempre os mesmos nomes (lista de 1917): Dr. Manuel Lopes Varela, da Quinta do Pinheiro, José Pais de Vasconcelos Abranches, da Herdade da Torre, Dr. José Pais Teles do Ervedal, o Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá na Aldeia Velha e em Benavila os Herdeiros de Francisco de Abreu Callado. Nos anos seguintes já aparecem os respectivos filhos⁽⁵³⁾. Os mesmos nomes surgem também nas listas de produtores de cera e mel, mas neste caso em conjunto com outros grupos sociais que também se dedicavam a esta actividade. De qualquer modo, estes produtos não ultrapassavam o consumo local.

Nota-se nesta época um crescente interesse de algumas famílias da elite fundiária pela actividade industrial; mas assim como as moagens e os lagares de azeite e vinho, as fábricas em que os lavradores investem constituem um complemento da sua actividade agrícola. Por exemplo, em 1908 existem no concelho uma fábrica de sabão (do bacharel Júlio Mário da Cunha e Sá, proprietário e 7º MC desse ano; a matéria prima era o azeite vindo das suas oliveiras e produzido no seu lagar) e 3 fábricas de tijolos (feitos a partir do barro que se encontrava nas suas terras), das quais 2

pertencentes a lavradores (Belarmino da Costa Braga, 8º MC e Joaquim Telles Varella, 11º MC) e uma a Joaquim do Nascimento Lobato Júnior, funcionário público, com a mesma profissão que o pai. Este último revela o início do interesse de outras categorias profissionais por esta indústria: a partir da República, todas as fábricas de tijolos e telhas pertencem a pequenos proprietários, donos de lagares ou outros industriais. Não pode, no entanto afirmar-se que se desenvolveu uma classe industrial em Avis, pois todas estas fábricas tinham uma dimensão e uma expressão muito reduzida na economia do concelho, servindo apenas para escoar parte dos produtos agrícolas e para abastecer o consumo local⁽⁵⁴⁾.

Este concelho era também rico em legumes e leguminosas, como o grão-de-bico, apanhado entre as 2 e as 10 da manhã no mês de Junho. O tomate era colhido apenas para o consumo interno: foi instalada uma fábrica para a sua transformação apenas nos anos 50 deste século. Os pimentos eram plantados já com o objectivo de transformação nos anos 40, para fazer massa de pimentão para temperar as carnes.

2.4.5 - Comércio: o comércio local nos finais do séc. XIX era muito limitado. Como se viu no ponto 2.3 (rever anexo 8 para 1900), quase metade dos eleitores que se dedicavam ao comércio eram almocreves e caixeiros, o que é bastante elucidativo do carácter bastante móvel da actividade comercial. Os produtos alimentares tinham uma expressão muito reduzida nas trocas comerciais, uma vez que grande parte da população tinha acesso directo a eles, quer por possuir uma pequena horta ou por ter autorização para hortar no terreno do patrão, quer por receber parte dos salários em comedorias. Os pastores, por exemplo, eram autorizados a ter sempre algum do seu gado a pastar em conjunto com os rebanhos que guardavam. A isto chamava-se ter o *provilhal* no rebanho, o qual era vendido nas feiras, ficando o dinheiro para o pastor. Para não falar dos proprietários que iam buscar praticamente todos os alimentos à sua lavoura. O mesmo se passava em relação ao combustível: o pessoal que limpava as árvores tinha direito a uma porção de lenha, enquanto o resto da população, sobretudo as mulheres mais pobres, apanhava os restos de lenha do chão, sem que os proprietários lhes fizessem qualquer tipo de represálias⁽⁵⁵⁾.

Assim, restava apenas o pequeno grupo de funcionários, profissões liberais ou jornaleiros (cujas refeições não estivesse incluída na respectiva jorna) para comprar alimentos no pequeno comércio local. Este abastecia também os produtos que não se encontravam na lavoura alentejana: açúcar, arroz, especiarias, peixe, etc. Quanto aos produtos manufacturados, estes eram vendidos directamente pelos artesãos, os quais trabalhavam apenas por encomenda.

Todos os outros produtos eram vendidos pelo comércio ambulante, sobretudo nas feiras. Era nestas que se realizava a maior parte do comércio, não só dos produtos

para consumo doméstico, como tecidos e fazendas para o vestuário, utensílios de cozinha e casa, produtos alimentares manufacturados, como os enchidos e os queijos (para quem não os fabricava em casa), ou ainda algumas novidades da capital ou do estrangeiro; mas sobretudo as grandes transacções comerciais da lavoura: a compra de leitões para engorda e a venda dos porcos já adultos. O mesmo se passava com o resto do gado.

Enquanto algumas (raras) famílias tinham a possibilidade de se deslocarem uma ou duas vezes por ano a Évora ou mesmo a Lisboa, a maior parte da população não tinha qualquer outro contacto com o mundo exterior para além destas feiras que se realizavam na vila de Avis a 3 e a 6 de Janeiro. A primeira era uma feira específica só para os porcos (referida em todos os anuários comerciais do princípio do século) e a segunda, no dia de Reis (a Feira dos Reis), era o grande acontecimento social do ano: a feira de fazendas e quinquilharias, que atraía toda a população do concelho e arredores. Logo a seguir, a 15 de Janeiro, realizava-se a feira dos porcos na Ponte de Sor. Em Outubro realizava-se no Ervedal outra feira com gado e vários artigos, nos dias 18 e 19. Havia ainda a grande feira da Ponte de Sor, à qual afluía gente de todo o distrito no dia 5 de Outubro⁽⁵⁶⁾ e no final de Junho a feira de S. Pedro em Fronteira.

À medida que chegamos a meados do séc. XX, este panorama não se altera muito. Por exemplo, no *Álbum Alentejano* vem o seguinte anúncio:

<i>Edital da Câmara Municipal do concelho de Avis em 1/7/1933: realizam-se anualmente as seguintes feiras:</i>	
<i>Em Avis:</i>	- No dia 3 de Janeiro feira de porcos gordos - No dia 6 de Janeiro feira de quinquilharias
<i>Em Ervedal:</i>	- No dia 18 de Outubro, feira de gado e quinquilharias
<i>Em Figueira e Barros:</i>	- No terceiro domingo de Março, feira de gado e quinquilharias

Os porcos continuavam a ser um dos mais importantes produtos transaccionados nas feiras, uma vez que nesta fase já os cereais estavam sob a alçada das instituições corporativas. Eram engordados nos montados de azinho e sobro (para comerem as bolotas e as landes, respectivamente) e no princípio de Janeiro eram levados a pé dos montes para as feiras pelos porqueiros e alguns jornaleiros, que levavam carros de parselhas com sacas de bolotas para os porcos comerem pelo caminho. O mesmo se passava com as vacas que eram vendidas para carne e com as ovelhas. No entanto, para as feiras começou a ir mais o gado de refugio, pois progressivamente os porcos passaram a ser vendidos aos industriais das salsichas, como os Isidoro (de acordo com várias fontes orais), aos quais os lavradores enviavam o gado vivo pelo caminho-de-ferro. A lã das ovelhas também era vendida directamente às indústrias de lanifícios.

Quanto ao comércio local, e como referi no ponto 2.3, verificou-se o aumento do número e da importância social de alguns lojistas que passaram a ser denominados "comerciantes". Também já foi referido que tanto o comércio como a pequena indústria

estavam directamente relacionados com o sector agrícola, pois a maior parte dos seus consumidores, os jornaleiros, trabalhavam na agricultura e dependiam da existência ou não de trabalho. Assim, os comerciantes exerciam uma importante função social ao fornecerem crédito ("venderem fiado") para os trabalhadores se abastecerem dos produtos básicos de alimentação e vestuário nas épocas de desemprego, o qual só era pago nos períodos de maior trabalho.

Esta tendência para o crescimento do comércio acompanhou o aumento da população urbana e o processo de abandono dos montes como local de primeira habitação. Esta mudança é analisada no capítulo 4. As feiras não perdem, contudo, a sua importância tradicional.

2.4.6 - Trabalho: Este tema é dos mais interessantes e já foi desenvolvido por vários autores, incluído nos estudos de história económica sobre o latifúndio⁽⁵⁷⁾. O mais vivo relato dos trabalhos agrícolas alentejanos encontra-se sem dúvida na já citada obra de José da Silva Picão, publicada em 1903. As descrições deste autor são perfeitamente condicentes com os relatos orais recolhidos no concelho de Avis, com algumas (raras), variações de nomes de funções. O trabalho era sobretudo sazonal, mas uma lavoura ocupava grande número de trabalhadores fixos, desde o feitor ao abegão e sobretudo os mais variados *ganadeiros*, pois o gado, como já se viu, era uma parte importante da actividade e tinha de ser tratado durante todo o ano. As mulheres realizavam também alguns trabalhos específicos, como as mondas (apanhar as ervas daninhas do meio das searas), a apanha da bolota e as caianças das casas. Nos períodos de maior trabalho, como as ceifas em Junho e Julho, a apanha da azeitona em Novembro e Dezembro ou a limpeza das árvores para lenha em Janeiro, era frequente a contratação de ranchos de trabalhadores do norte, pois a mão-de-obra existente não era suficiente⁽⁵⁸⁾.

Picão dedica um capítulo inteiro, com a habitual descrição pitoresca, aos *ratinhos*, os "milhares de homens e rapazes que de propósito, vêm das Beiras (...) ceifar às terras alentejanas (...) como vantajoso que é para lavradores e serviçais. Ai das colheitas do Alentejo, se lhes faltassem os ceifeiros beirões.." ⁽⁵⁹⁾. O aumento demográfico que se verificou no início deste século (em Avis, a população aumentou 76,1% entre 1890 e 1940, ver anexo 7), não foi acompanhado pelo aumento do trabalho das lavouras: pelo contrário, a introdução de alguma modernização das alfaias agrícolas, como foi o caso duma debulhadora comprada nos anos 20 por Asdrúbal Braga, um lavrador de Avis, provocou a diminuição da necessidade de mão-de-obra. Esta máquina, no entanto, foi a única no concelho e era alugada aos restantes lavradores; só nos anos 60 se assistiu à introdução das ceifeiras-debulhadoras. Apesar destas alterações, os lavradores continuam a contratar a mão-de-obra exterior, mais

barata que a local. Assim, começa a assistir-se a crises de desemprego sazonais, um fenómeno que preocupou as autoridades do Estado Novo⁽⁶⁰⁾.

No que diz respeito a Avis e ao distrito em que este concelho se integra, esta preocupação manifestou-se nos pedidos repetidos por obras públicas em períodos de crise. Como se pode ver no anexo 13, a grande preocupação das autoridades do Estado Novo com estas crises de desemprego sazonais, que ocorriam sobretudo no fim do verão, era a agitação social que a falta de trabalho podia provocar. A solução de realizar obras públicas pelos vistos não tinha tanto a ver com o desejo de modernizar a região, criando infra-estruturas. Isto vinha como acréscimo, mas o motivo principal era empregar os trabalhadores para evitar os "verdadeiros cadinhos de odio de classes e luta social" (*sic*), pois, como disse o Governador Civil de Évora, "a fome (era o) principal agente subversivo da classe rural". Quanto ao papel dos lavradores nesta questão, nota-se por parte do governador civil uma certa responsabilização por esta situação, uma vez que a contratação dos ranchos de trabalhadores de fora do distrito agravava as crises de desemprego (ver anexo 13, relatório do maço 478, caixa 31).

Uma das respostas do Estado Novo a este problema do sector agrícola foi estabelecer o novo Estatuto do Trabalho Nacional, instituído em 1933, o qual determina que as caixas ou instituições de previdência sejam organizadas por iniciativa dos organismos corporativos⁽⁶¹⁾. As instituições criadas para esse fim foram as Casas do Povo, com acção a nível das freguesias e auxiliadas na sua acção social pelos Grémios da Lavoura de cada concelho⁽⁶²⁾. O concelho de Avis teve a sua primeira Casa do Povo na freguesia da Figueira e Barros, com os estatutos aprovados no final de 1936. Seguiu-se a Casa do Povo do Ervedal em 1940 e por último Avis e Benavila em 1941.

A acção social das Casas do Povo incluía a distribuição de trabalhadores desempregados em períodos de crise pelas propriedades dos agremiados, os quais eram obrigados a fornecer trabalho, mesmo que não necessitassem da mão-de-obra⁽⁶³⁾. Os lavradores em geral e os de Avis em particular, obedeciam a esta imposição com alguma relutância, pois preferiam dar alguma esmola em produtos alimentares, do que pagar salários por trabalhos que em princípio não necessitavam. Com o mesmo objectivo social, foram instituídos a nível distrital, os salários familiares, isto é: "o chefe de família era preferido para os trabalhos públicos, recebendo conforme a família que possuía"⁽⁶⁴⁾.

Apesar de Avis ser dos concelho onde este problema se manifestou em menor escala, assistiu-se durante muitos anos a concentrações pacíficas de trabalhadores desempregados em frente da casa do Gerente do Grémio da Lavoura, Eurico de Figueiredo Pais, para que este lhes conseguisse trabalho junto dos lavradores agremiados.

Ao mesmo tempo, as revistas de propaganda não se cansavam de exaltar as acções de pessoas consideradas exemplares por participarem directamente na resolução destes problemas. Foi o caso do Governador Civil de Portalegre que em 1933 é elogiado pelos melhoramentos que realizou no seu distrito, nos quais empregou muita mão-de-obra⁽⁶⁵⁾, e de dois lavradores do concelho de Avis: José Pais de Vasconcelos Abranches e José Godinho de Abreu, em cujas herdades, "mesmo com o desenvolvimento industrializado da lavoura alentejana (...) ocupam-se diàriamente quási uma centena de operários rurais e a quando das colheitas essa média de braços ali empregados sobe e muito. A colheita da azeitona ocupa cêrca de cem mulheres e as ceifas, aproximadamente, oitenta homens"⁽⁶⁶⁾.

2.4.7 - Resumo: Enquanto no século XIX os produtos da lavoura eram sobretudo transformados e consumidos localmente utilizando o pessoal e as infra-estruturas próprias das grande propriedades, à medida que se avança neste século observa-se a transferência das actividades industriais para a sede do concelho, no caso do azeite, ou mesmo para fora dele, como foi o caso dos cereais, das lãs e dos porcos. A produção deixou de ser pensada em função apenas do consumo local e passou a ter como objectivo principal a venda para fora do concelho a unidades industriais que operavam a nível nacional. Como consequência destas alterações, assistiu-se a uma certa desindustrialização do concelho, com o desaparecimento da pequena indústria local. Ao mesmo tempo, a especialização da agricultura nestas culturas, como os cereais e as oliveiras, levaram à utilização em muito maior escala do trabalho sazonal: o pessoal fixo das lavouras foi diminuindo enquanto a percentagem de jornaleiros e a utilização de ranchos de ratinhos subiu bastante. Aumentou assim a percentagem da população sem qualquer vínculo ao trabalho e à terra, o que levou a um agravamento dos níveis de proletarização e dos problemas do trabalho precário, os quais estiveram claramente na origem de grande parte dos conflitos que levaram às ocupações de terras no âmbito da Reforma Agrária de 1975.